

Visão de estadista

Samuel

A fala do presidente José Sarney perante a Assembléia Geral da ONU exprimiu com absoluta nitidez a índole democrática do povo brasileiro e os valores políticos, econômicos e sociais que, no interesse da paz e do progresso das nações, o Brasil desejaria ver observados na convivência internacional. Nenhum dos graves problemas da atualidade mundial escapou à análise do Presidente, assim como não deixou ele de apontar rumos coerentes, eficazes e fraternos para solucioná-los.

Desde a explosiva situação em alguns pontos da América Latina, principalmente no Caribe, com passagem pelos conflitos no Extremo Oriente, até o genocídio racista na África do Sul, objeto de indignada condenação, o discurso do Chefe de Estado brasileiro se constituiu em verdadeira antologia das grandes questões internacionais. Sarney empenhou o compromisso do Brasil em juntar-se fraternamente a todos os países, no âmbito das Organizações das Nações Unidas, em busca de saídas para essas questões.

Dois pontos, porém, da fala presidencial destacam-se no contexto geral de sua visão sobre os grandes dilemas internacionais, porque associam-se mais de perto aos interesses particulares do Brasil e, genericamente, da América Latina.

O primeiro deles se refere à defesa de uma nova ordem econômico-financeira no plano in-

ternacional, de modo a evitar disfunções prejudiciais aos países subdesenvolvidos e os de economia emergente, como o Brasil. Sarney, contudo, retirou a pendência da área de confrontação entre os países ricos e o Terceiro Mundo, ao tratar do problema da dívida externa. "O Brasil — disse ele — não deseja fazer da dívida externa uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste". E, em seguida, pregou a necessidade de uma reformulação no sistema financeiro internacional: "Vivemos hoje — advertiu — uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje".

O segundo ponto, também vinculado à questão da dívida, abarca o contexto latino-americano, colocando a questão sob o ponto de vista político: "O endividamento da América Latina — observou o Presidente do Brasil — não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida,

em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento".

Com essa colocação, Sarney exortou as partes interessadas a abandonarem o tratamento da dívida pelos critérios da economia de mercado, em face da inelutável conotação política embutida na questão. É que a terapia de choque preconizada pelo Fundo Monetário Internacional poderá, de um lado, fomentar o desemprego, a miséria e a fome, em cuja esteira viria seguramente a explosão social; e, de outro, debilitar ainda mais a economia dos países devedores, aí instalando as síndromes da iliquidez e, em consequência, o próprio desmoronamento do sistema financeiro internacional.

Ao reafirmar que o Brasil não aceita essas prescrições recessionistas, Sarney produziu uma síntese brilhante, cartesiana, transparente e escoreita: "O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque um débito pago com a miséria é conta paga com a democracia". Pelas palmas com que foi saudado nesse momento, não resta dúvida de que a consciência internacional, tão vivamente ali concentrada, recolheu a advertência de Sarney como a face de uma verdade que precisa ser considerada e respeitada.